

Oferta de cursos e instituições de formação de técnicos em saúde no estado de São Paulo

Offer courses and health technicians training institutions in the state of São Paulo

Oferta de cursos e instituciones de formación de técnicos en salud en el estado de São Paulo

Recebido: 21/12/2020 | **Revisado:** 23/08/2021 | **Aceito:** 08/10/2021 | **Publicado:** 15/02/2022

Adriana Katia Corrêa
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1496-6108>
EERPUSP
E-mail: adricor@eerp.usp.br

Maria Conceição Bernardo de Mello Souza
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7379-871X>
EERP-USP
E-mail: consouza@eerp.usp.br

Maria José Clapis
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2896-3808>
EERP-USP
E-mail: maclapis@eerp.usp.br

Como citar: CORRÊA, A. K.; SOUZA, M. C. B. M.; CLAPIS, M. J.; Oferta de cursos e instituições de formação de técnicos em saúde no estado de São Paulo. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n. 22, p. e11787, Fev. 2022. ISSN 2447-1801.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo

O artigo apresenta um mapeamento dos cursos técnicos de nível médio da área da saúde ofertados, de 2010 a 2015, no estado de São Paulo, Brasil; a natureza das instituições ofertantes conforme a distribuição público-privada, em 2015; e as implicações para a formação de trabalhadores para o SUS. Foram utilizadas bases de dados do INEP. Análise se apoia na perspectiva histórico-dialética. Predominou oferta de cursos pela dependência administrativa privada, incentivada por programas implementados no estado. A diversidade quanto à entidade administrativa das instituições indica o atendimento a interesses diversos, com prováveis implicações nos projetos de formação dos trabalhadores para o SUS, em termos de valores, concepções e práticas demandando estudos futuros.

Palavras-chave: Educação profissional; Escola-Instituição; Curso de formação profissional; Formação profissional.

Abstract

The article presents a mapping of mid-level technical courses in the health area offered, from 2010 to 2015 in the State of São Paulo, Brazil, the nature of the offering institutions according to the public-private distribution, in 2015; and the implications for the training of workers for the SUS. INEP databases were used. The analysis is based on the historical-dialectic perspective. There was a predominance of courses offered by private administrative dependency, also encouraged by programs implemented in the State. The diversity regarding the administrative entity of the institutions indicates the attendance to diverse interests, with probable implications in the projects of training of the workers for the SUS, in terms of values, conceptions and practices demanding future studies.

Keywords: Professional education; School-Institution; Professional training course; Professional qualification.

Resumen

El artículo presenta un mapeamiento de los cursos técnicos de nivel medio del área de la salud ofertados, de 2010 a 2015, en el Estado de São Paulo, Brasil; la naturaleza de las instituciones ofertantes conforme a distribución público-privada, en 2015; y las implicaciones para la formación de trabajadores para el SUS. Fueron utilizadas bases de datos

del INEP. Análisis se apoya en la perspectiva histórico-dialéctica. Predominó oferta de cursos por la dependencia administrativa privada, incentivada también por programas implementados en el Estado, implicando sociedad público-privada. La diversidad cuanto a la entidad administrativa de las instituciones indica el atendimento a intereses diversos, con probables implicaciones en los proyectos de formación de los trabajadores para el SUS, en términos de valores, concepciones y prácticas demandando estudios futuros.

Palabras clave: Educación profesional; Escuela-Institución; Curso de formación profesional; Formación professional.

1 INTRODUÇÃO

No cenário da saúde no Brasil, apresenta-se expressiva participação dos técnicos, com ênfase na área da enfermagem (MACHADO *et al.*, 2016a). Assim, na área da saúde, a formação dos trabalhadores técnicos é uma das dimensões importantes a ser considerada na lógica de fortalecer o atendimento às necessidades de saúde da população e o Sistema Único de Saúde (SUS) como política pública.

Na década de 1980, em contexto de crise econômico-social e política, começam a ganhar fôlego movimentos sociais, rumo ao processo de redemocratização da sociedade brasileira. Esse momento histórico foi bastante fértil na elaboração de perspectivas teóricas fundamentadas em referências críticas para a discussão acerca da área da saúde, compreendida como prática social cuja configuração histórica se dá sempre contextualizada nas dimensões político-econômicas e sociais, podendo reafirmar ou contrapor-se a concepções e práticas que respondam ao modo de produção capitalista.

Destacou-se, assim, no campo da saúde, o movimento da Reforma Sanitária, fundamental para a implementação do SUS presente na Constituição Brasileira de 1988, representando grande conquista social, em momento de redemocratização do país.

Nos anos posteriores à institucionalização do SUS, a partir da sua legitimação na Constituição Federal, houve discussões, às vezes mais e às vezes não tão fortalecidas, em relação à política de “recursos humanos” para o setor saúde, nas Conferências Nacionais de Recursos Humanos, cabendo destacar também o artigo 200 da Constituição Federal que imprime ao SUS a competência de ordenar a formação de recursos humanos na área da saúde (BRASIL, 1988).

Cabe demarcar que, desde suas origens, o SUS como política pública vem confrontando-se com a lógica privatista. Determinados percursos políticos foram tomando direções cada vez mais promissoras a favor da construção de uma “hegemonia anti-SUS”, envolvendo decisões de esferas políticas superiores à área da saúde facilitadoras da articulação entre os defensores da privatização, em cenário no qual a hegemonia da ideologia neoliberal preserva a lógica do mercado e as políticas de ajuste fiscal em detrimento às políticas sociais (MONTEIRO, 2018).

No campo educacional, na década de 1990, após processo longo de discussão e embates, é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (BRASIL, 1996), no governo FHC. A esse respeito, comenta Moura (2010)

que a principal polêmica permaneceu sendo (considerando momentos históricos anteriores) o conflito entre os que defendem uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade para todos, independentemente de condições socioeconômicas, étnicas, dentre outras e os defensores de proposta de reduzir os direitos sociais e, no caso, a educação, à lógica da prestação de serviços, argumentando que é necessário que o estado diminua gastos, além da veiculação da ideia de que o estado “não faz bem feito”. Nessa tensão, o que prevaleceu foi a lógica de mercado, de modo que a iniciativa privada pode ter livre atuação em todos os níveis de ensino, o que é garantido na Constituição Federal (BRASIL, 1988) e ratificado pela LDB 9394/96 (BRASIL, 1996).

A partir de 2003, é formulada uma política pública de educação profissional e tecnológica que se difere das tendências fragmentadas e focalizadas, características do período (FHC), com implicações nas redes federal, estadual e municipal, em movimento que tende a favor dos trabalhadores, apesar de sempre estar em disputa com o projeto de educação empresarial. Esta política foi unificada, em 2011, no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), todavia, com ampliação da participação do setor privado subsidiado pelo fundo público (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2014).

Na perspectiva neoliberal, a educação tem como foco a formação de competências para a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. Ou seja, “o valor da educação está em sua instrumentalidade (formar para o mercado)” (MOURA, 2013, p.127). Contrarreformas, como as alterações previstas para o ensino médio (BRASIL, 2017), vêm negando, à classe trabalhadora, a educação básica (incluindo a educação profissional técnica de nível médio) como direito subjetivo e universal. Faz-se necessária a compreensão crítica acerca do congelamento dos investimentos públicos por 20 anos, favorecendo o mercado privado, das reformas trabalhistas e da previdência, de movimentos como o Todos pela Educação, dentre outros, que reafirmam a sociedade desigual (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2014).

É nesse cenário no qual as políticas de saúde e educação se confrontam com os avanços da lógica neoliberal que alguns dados referentes à educação profissional técnica de nível médio na área da saúde fazem sentido, sendo considerados frutos de decisões políticas que fragilizam a formação dos trabalhadores em perspectiva que, de fato, possibilitem apropriação crítica de conhecimentos e compromissos com a saúde (e a educação) como bem público.

Há registro, em 2019, de 1.810.752 (um milhão oitocentas e dez mil setecentas e cinquenta e duas) matrículas em cursos técnicos, sendo que o Eixo Ambiente e Saúde lidera o número de Matrículas (531.528), o que corresponde a 29,35% do total, seguido do Eixo Gestão e Negócios, com 419.701 matrículas, o que representa 23,18% do total (BRASIL, 2020). Dentre os 10 cursos com maior número de matrículas, na rede privada, em primeiro lugar está o técnico de enfermagem, com 121.357 (17,6%), seguido por Segurança do Trabalho, com 89.059 (12,9%). Na rede pública, o curso de enfermagem ocupa a quinta posição, com 32.475 matrículas (4,3%). O curso com maior número de matrículas na rede pública é o de informática com 92.398 (12,3) (BRASIL, 2014).

A respeito do crescimento da participação do setor privado na formação técnica em saúde, Vieira *et al.* (2013) comentam que isso se relaciona à própria configuração da educação profissional nessa área, uma vez que, diferentemente da formação técnica voltada para a indústria que, já na década de 1940, era objeto de

políticas educacionais específicas, a ênfase na formação técnica em saúde, no Brasil, só se pronuncia com mais ênfase nos anos 1980 com o Projeto Larga Escala. Assim, as políticas de *desresponsabilização* do estado, no fim da década de 1990, trazem menos impacto desagregador para a área da saúde (VIERA *et al.*, 2013).

O predomínio de instituições privadas se contrapõe ao desafio de formar trabalhadores partícipes do projeto de fortalecer o SUS com os princípios da Reforma Sanitária que denota, de modo explícito, uma política defensora da luta contra a desigualdade social.

No estado de São Paulo tem destaque a educação profissional técnica de nível médio, dada a extensa rede de atenção (SÃO PAULO, 2019), a capacidade de empregabilidade na área (MACHADO *et al.*, 2016b), a ampla rede de escolas e o número de matrículas na educação profissional geral. Em 2014, o número de matrículas na educação profissional (geral) foi da ordem de 396.826, nesse estado, o que representou 28.9% em relação ao Brasil - 1.374.569 de matrículas (SÃO PAULO, 2015). Esses valores seguem em crescimento: o número total de matrículas da educação profissional, no estado de São Paulo, cresceu 1,6% de 2015 a 2019, chegando a 428.283 em 2019 (BRASIL, 2020).

Nesse cenário, algumas questões se fazem presentes: quais são os cursos técnicos da área da saúde ofertados no estado de São Paulo? Quais têm maior oferta? Quantas e quais são as instituições que ofertam cursos técnicos na área da saúde no Estado de São Paulo? Elas são públicas (federal, estadual ou municipal) ou privada? Qual a proporção na distribuição público-privada dessas instituições?

O objetivo deste estudo é apresentar e analisar um mapeamento dos cursos técnicos da área da saúde, ofertados no período de 2010 a 2015, no estado de São Paulo; a natureza das instituições ofertantes de acordo com a distribuição público-privada, no ano de 2015 e as implicações para a formação de trabalhadores técnicos na área da saúde para o SUS.

A seguir, serão apresentados a metodologia, os resultados e discussões que explicitam o mapeamento dos cursos, com ênfase na natureza administrativa das instituições, relacionando-o com aspectos do atual cenário neoliberal e algumas considerações finais.

2 METODOLOGIA

Este estudo é parte de um projeto multicêntrico “Formação de Trabalhadores Técnicos em Saúde na Região das Américas” coordenado pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ/RJ (Centro Colaborador da OMS para a educação de técnicos na saúde), na qual participaram, institucionalmente, as autoras deste artigo que foram responsáveis pela coleta e análise de dados do estado de São Paulo.

Foram utilizadas as bases de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do Ministério da Educação, dos anos de 2010 a 2015 para a coleta de dados dos cursos técnicos da área da saúde. Partiu-se do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT), em sua terceira versão, (BRASIL, 2016), para a seleção dos cursos. Esse Catálogo é organizado em 13 eixos, sendo um deles denominado “Ambiente e Saúde” que se compõe de 28 cursos. Para

este estudo, foram incluídos 24 desses cursos, considerando de modo estrito a área da saúde. Foram excluídos: Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Controle ambiental, Técnico em Meteorologia e Reciclagem.

Para este artigo, foram considerados dados relativos à oferta de cursos técnicos da área da saúde, de 2010 a 2015, e dados relativos às instituições ofertantes dos cursos técnicos, selecionados no eixo ambiente e saúde, a partir do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, no estado de São Paulo, no ano de 2015.

A análise se inspira na perspectiva histórico-dialética. A educação profissional técnica de nível médio é considerada em suas relações com a totalidade social mais ampla, marcada por delineamentos político-sociais que configuram maneira determinada de se conceber a educação, a saúde e a sociedade. A educação profissional em saúde é, pois, na perspectiva histórico-dialética "(...) considerada como uma mediação específica da formação humana na totalidade das relações sociais (...)". As práticas instituídas não comportam neutralidade nem são estáticas, tendo sim fundamento filosófico e ideológico que carrega dada concepção de mundo e um projeto de sociedade (RAMOS, 2009, p.154).

Os campos da saúde e da educação carregam concepções de mundo e projetos de sociedade. Especificamente, nesta pesquisa, trata-se de considerar que o panorama da oferta dos cursos técnicos da área da saúde, no estado de São Paulo, demanda apreender aspectos da política neoliberal que acentua a desigualdade social e restringe a formação aos interesses do mercado, se contrapondo ao modelo societário que se relaciona ao SUS e à formação emancipadora.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No estado de São Paulo, foram ofertados 23 cursos técnicos da área da saúde. Considerando a opção deste estudo de focar, dentre os 28 cursos indicados no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), no eixo ambiente e saúde (BRASIL, 2016), os 24 ligados estritamente à área, o único não ofertado, nesse Estado, foi o de necropsia, conforme mostrado no Quadro 1.

Quadro 1: Cursos técnicos selecionados no eixo ambiente e saúde, segundo o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT), São Paulo, 2010-2015.

Curso oferecido/Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Agente Comunitário de Saúde	2	3	4	4	14	12
Análises clínicas	55	49	41	46	52	51
Citopatologia	2	1	1	0	2	1
Cuidados de Idosos	0	0	0	0	7	7
Enfermagem	448	428	378	350	370	410
Equipamentos Biomédicos	4	2	2	2	1	1
Estética	93	102	90	94	99	92
Farmácia	103	93	74	73	85	82
Gerência de Saúde	4	39	2	4	21	26
Hemoterapia	0	0	1	1	4	4

Imagem Pessoal	4	3	5	3	4	1
Imobilizações Ortopédicas	0	0	1	3	11	9
Massoterapia	34	57	36	33	49	66
Necropsia	0	0	0	0	0	0
Nutrição e Dietética	66	57	52	70	93	103
Óptica	8	5	6	3	4	5
Órteses e Próteses	0	0	0	1	5	3
Podologia	32	11	39	39	44	47
Prótese Dentária	38	38	38	36	40	38
Radiologia	156	161	150	149	152	141
Reabilitação de Dependentes Químicos	0	0	0	0	6	5
Registros e Informações em Saúde	1	0	0	0	4	4
Saúde Bucal	18	9	23	22	29	25
Vigilância em Saúde	0	0	1	1	8	6
Total por Ano	1068	1058	944	934	1104	1139

Fonte: INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/quest/censo-escolar>. Acesso em: jul. 2017.

Nos anos de 2012 e 2013, houve diminuição na oferta. Em 2013, comparando com dados de 2010, houve diminuição de 12,5%. Entretanto, comparando 2010 e 2015, houve aumento de 6,6% na oferta total dos cursos técnicos na área da saúde.

A Tabela 1 expressa os cursos técnicos que foram mais ofertados no Estado, ano a ano. A enfermagem manteve a liderança na oferta em todos os anos, todavia, comparando 2010 e 2015, a oferta desse curso diminuiu 8,5%. A oferta do curso de radiologia, que ocupou a segunda posição em todos os anos, teve decréscimo de 9,6%.

Exceto no ano de 2010, no qual o curso de farmácia teve oferta maior, estética ocupou a terceira posição na oferta de cursos, em todos os anos. O curso de nutrição e dietética ocupou a quinta posição, nos anos de 2010 a 2013, sendo que, em 2014 e 2015, passou a ocupar a quarta posição até então ocupada pelo curso de farmácia.

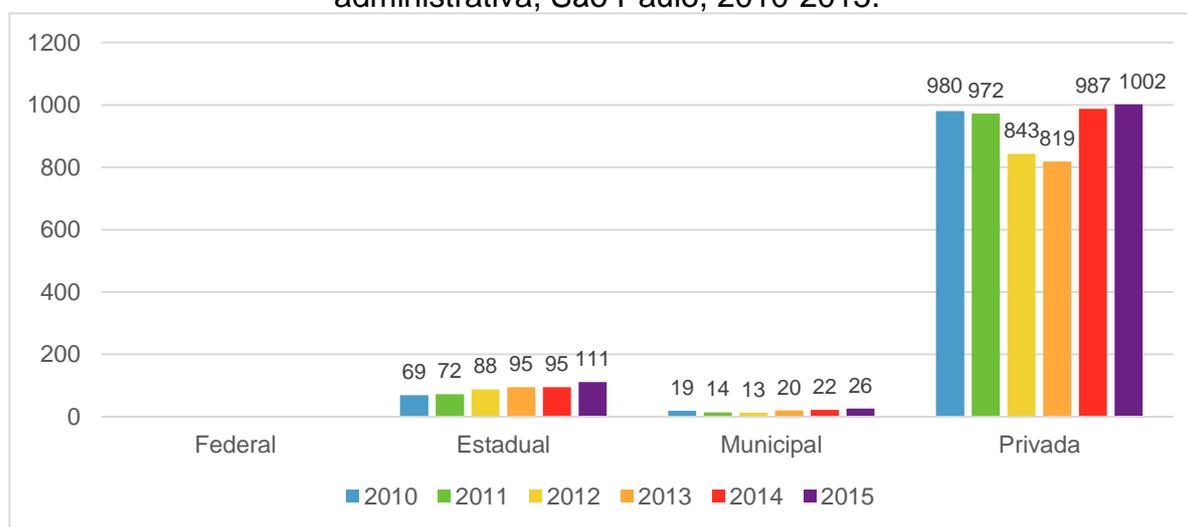
Tabela 1: Cursos técnicos selecionados no eixo ambiente e saúde, segundo o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT), mais ofertados no Estado de São Paulo, em todas as modalidades, 2010-2015.

Cursos	2010		2011		2012		2013		2014		2015	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Enfermagem	448	41,9%	428	40,5%	378	40,0%	350	37,5%	370	33,5%	410	36,0%
Radiologia	156	14,6%	161	15,2%	150	15,9%	149	16,0%	152	13,8%	141	12,4%
Estética	93	8,7%	102	9,6%	90	9,5%	94	10,1%	99	9,0%	92	8,1%
Farmácia	103	9,6%	93	8,8%	74	7,8%	73	7,8%	85	7,7%	82	7,2%
Nutrição e Dietética	66	6,2%	57	5,4%	52	5,5%	70	7,5%	93	8,4%	103	9,0%

Fonte: INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/quest/censo-escolar>. Acesso em: jul. 2017.

De 2010 a 2015, no estado de São Paulo, predominou oferta de cursos pela dependência administrativa privada, com pequenas oscilações no percentual dessa oferta. Todos os cursos que compõem foram ofertados pela esfera privada. Comparando os anos de 2010 e 2015, essa oferta passou de 91,8% para 88%; 2011 é o ano com maior porcentagem de oferta de cursos técnicos por essa dependência administrativa – 91,9%. Em relação à oferta estadual, comparando 2010 e 2015, houve incremento de 6,5% para 9,7% da oferta, sendo que 2013 foi o ano com maior porcentagem – 10,2%. A oferta municipal é a menor em todos os anos, comparando com a oferta estadual e privada, mas aumentou de 1,8% (2010) para 2,3% (2015). Não há oferta de cursos técnicos da área da saúde na rede federal no estado de São Paulo. O Gráfico 1 enfoca esses dados relativos aos cursos técnicos e à dependência administrativa, no estado de São Paulo.

Gráfico 1: Número de cursos técnicos selecionados no eixo ambiente e saúde, a partir do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT), segundo dependência administrativa, São Paulo, 2010-2015.



Fonte: INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/quest/censo-escolar>. Acesso em: jul. 2017.

Os dados a seguir, indicados no Quadro 2, referem-se especificamente ao ano de 2015 e às instituições ofertantes, mostrando o predomínio da esfera privada.

Quadro 2: Número de instituições que ofertam cursos técnicos selecionados no eixo ambiente e saúde, a partir do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT), segundo dependência administrativa, São Paulo, 2015.

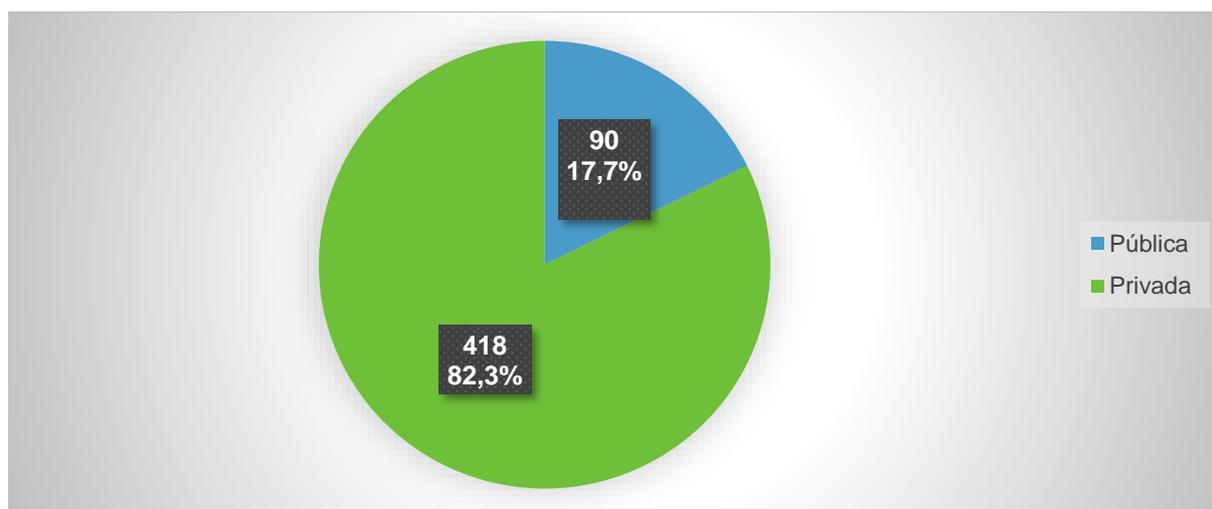
Dependência administrativa	Número de instituição
Pública Federal	0
Pública Estadual	78
ETECs – Centro Paula Souza	66
Outras escolas da rede estadual	3
Cefors – Escolas Técnicas do SUS - ETSUS	6
Escolas mantida pela Universidade	2

Escolas inseridas em Hospital Escola	1
Pública Municipal	12
Privada	418
Centros universitários / Faculdades	21
Universidades	34
Sistema S - SENAC / SESI / SENAI	43/2/1
Escolas inseridas em hospitais privados	4
Demais instituições privadas	313
Total	508

Fonte INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-escolar>. Acesso em: jul. 2017.

No estado de São Paulo, no ano de 2015, havia um total de 508 instituições ofertantes de cursos técnicos na área da saúde, sendo 90 (17,7%) públicas e 418 (82,3%) privadas, conforme mostra o Gráfico 2.

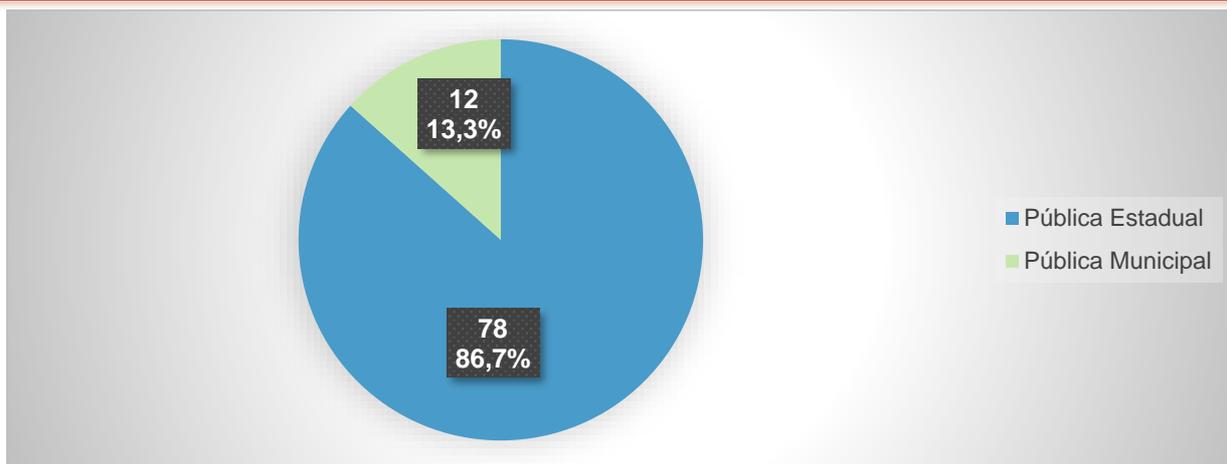
Gráfico 2: Distribuição das instituições que ofertam cursos técnicos selecionados no eixo ambiente e saúde, a partir do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT), segundo dependência administrativa pública e privada, São Paulo, 2015.



Fonte: INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-escolar>. Acesso em: jul. 2017.

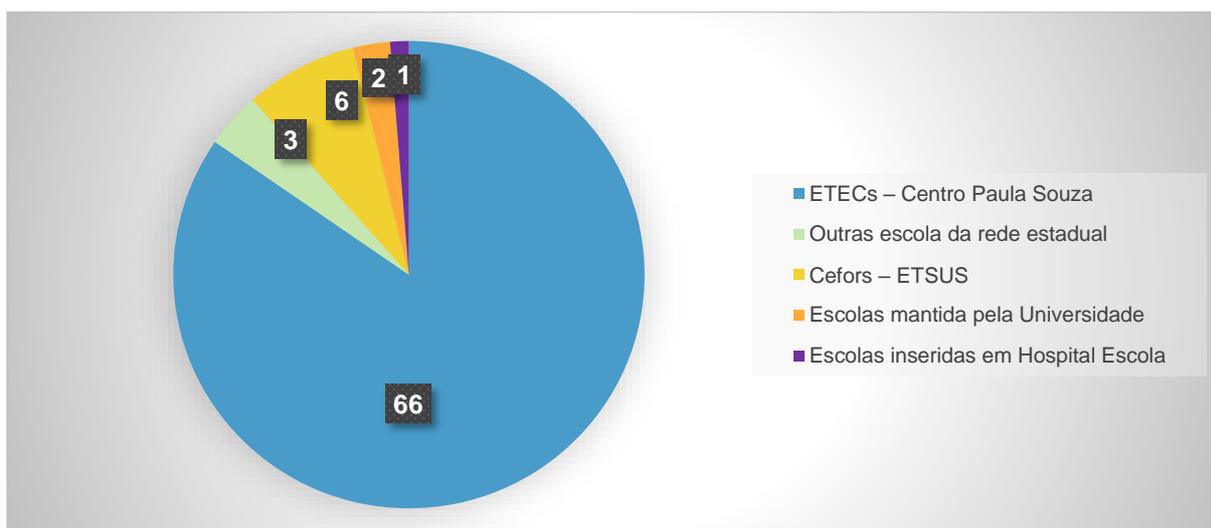
Dentre as públicas, 78 (86,7%) eram estaduais e 12 (13,3%) municipais, lembrando que, nesse Estado, não houve oferta de cursos técnicos da área da saúde pelos Institutos Federais. Considerando as instituições estaduais, elas se subdividiram em ETECs – Centro Paula Souza; outras escolas da rede estadual; Cefors – ETSUS; escolas mantidas pela Universidade e escola inserida em Hospital Escola, conforme mostram os Gráficos 3 e 4.

Gráfico 3: Distribuição de instituições que ofertam cursos técnicos selecionados no eixo ambiente e saúde, a partir do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT), segundo dependência administrativa pública, São Paulo, 2015.



Fonte: INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-escolar>. Acesso em: jul. 2017.

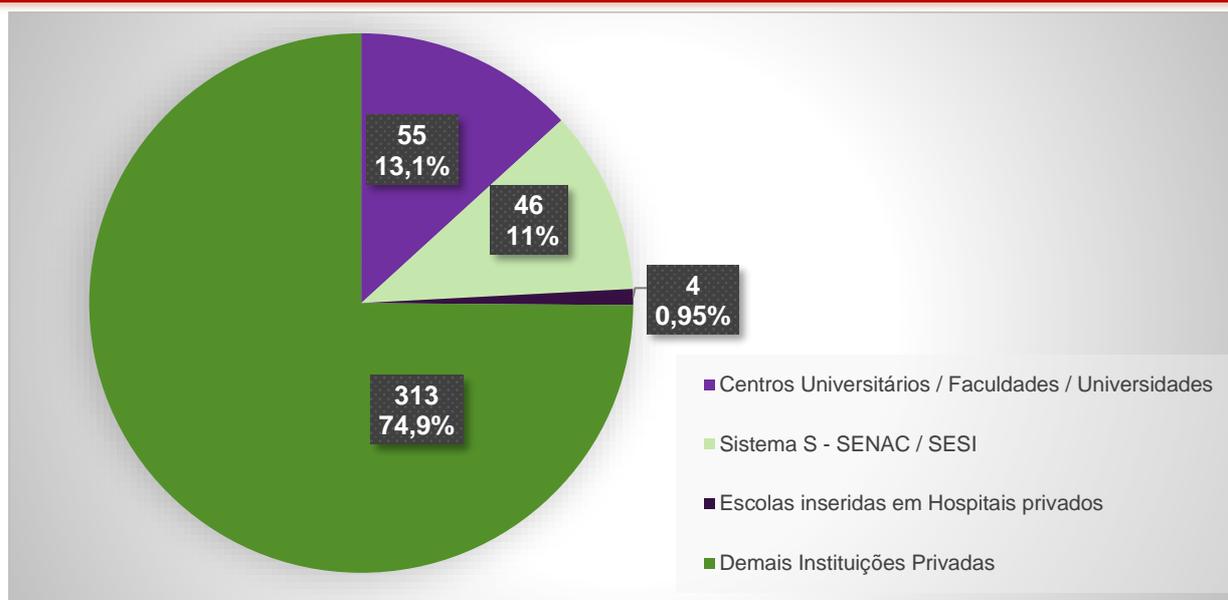
Gráfico 4: Distribuição de instituições que ofertam cursos técnicos selecionados no eixo ambiente e saúde, a partir do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT), segundo dependência administrativa pública estadual, São Paulo, 2015.



Fonte: INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-escolar>. Acesso em: jul. 2017.

Quanto às instituições privadas, 55 (13,1%) corresponderam a faculdades, centros universitários ou universidades; 46 (11%) eram pertencentes ao Sistema “S”; 4 (0,95%) escolas associadas a hospitais e 313 (74,9%) corresponderam às demais instituições privadas, o que pode ser visualizado no Gráfico 5.

Gráfico 5: Distribuição de instituições que ofertam cursos técnicos selecionados no eixo ambiente e saúde, a partir do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT), segundo dependência administrativa privada, São Paulo, 2015.



Fonte: INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/quest/censo-escolar>. Acesso em: jul. 2017.

O Instituto Federal de São Paulo (IFSP) é uma autarquia federal de ensino vinculada ao Ministério da Educação. Fundada em 1909, como Escola de Aprendizes Artífices, recebeu, ao longo de sua história, também, os nomes de Escola Técnica Federal de São Paulo e Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo. Com a recente transformação em Instituto, passou a ter relevância de universidade, destacando-se pela autonomia. Com a mudança, o IFSP passou a destinar 50% das vagas para os cursos técnicos.¹ Nessa instituição, não foram oferecidos cursos da área da saúde. Compreende-se que, nos institutos federais, o investimento se dá, prioritariamente, em área com maiores possibilidades de retorno financeiro, no estado de São Paulo.

Das 78 instituições estaduais ofertantes de cursos técnicos da área da saúde, em 2015, 66 eram ETECs pertencentes ao Centro Paula Souza, sendo as demais: 6 CEFORs – Centros formadores de Saúde – Escolas Técnicas do SUS (ETSUS); três outras escolas da rede estadual, do município de São Paulo, capital; 2 escolas técnicas de universidade (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP), e uma escola inserida em hospital escola estadual, pertencente à Universidade de São Paulo. As instituições municipais foram 12 no Estado de São Paulo, pertencentes ao município de São Paulo; ao município e região metropolitana de Campinas e a outras cidades do interior.

Na esfera estadual, foi marcante a presença do Centro Paula Souza, Autarquia do Governo do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, na formação do trabalhador técnico da área da saúde, representando 84,6% das instituições estaduais. A partir dos dados deste estudo, no ano de 2015, foram ofertados, no Centro Paula Souza,

¹IFSP. Instituto Federal de São Paulo. Ministério da educação. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br>. Acesso em: 18 dez. 2020.

enfermagem e nutrição e dietética em diversas Unidades da instituição, além de prótese dentária em uma Unidade.

As ETSUS do Estado de São Paulo foram originárias dos Centros Formadores do Estado. Atualmente constam: Centro Formador de Pessoal para a Área de Saúde de Osasco; Centro de Formação de Recursos Humanos para o SUS-SP de Araraquara CEFORSUS; Centro Formador de RH de Pessoal de Nível Médio para a Saúde - CEFOR Pariquera-Açu; Centro Formador de Pessoal para Saúde de São Paulo (SP) CEFOR; Centro Formador de Pessoal para a Saúde - Franco da Rocha; Centro Formador de Pessoal para a Saúde de Assis; Escola Municipal de Saúde.

As ETSUS, originadas na década de 1980 e expandidas nos anos 1990, são “espaços político-pedagógicos, formalmente instituídos, onde são desenvolvidos, de forma ordenada e sistemática, processos formativos do profissional-cidadão e do cidadão-profissional-trabalhador” (GALVÃO, 2009). Pela Portaria do Ministério da Saúde 2970 (BRASIL, 2009), são escolas que se estruturam em uma rede (RET-SUS) e seguem alguns critérios, dentre eles: ser pública; ter vinculação à gestão do SUS, por meio de vínculo direto com Secretaria Estadual ou Municipal de Saúde ou cogestão; ter autorização e atos de reconhecimento periódicos, pelo sistema formal de ensino, considerando resolução do Conselho Estadual de Educação; ser referendada pelo Colegiado de Gestão Regional ou Comissão Intergestores Bipartite, segundo área de abrangência, devendo ser comprovada em ata que indique suas fontes de financiamento, dentre outros. Seu foco é a formação dos trabalhadores para o SUS.

Considerando o período histórico no qual se inserem os dados deste estudo, o Plano Estadual de Saúde (SP) de 2012 (SÃO PAULO, 2012) enfocou o objetivo de ampliar a proposição e a execução da formação técnica em saúde pelas ETSUS, o que é reiterado no Plano Estadual de Saúde para o quadriênio 2016-2019 (SÃO PAULO, 2016). Todavia, os dados deste estudo apontam para a oferta de poucos cursos por essas escolas no ano de 2015: apenas enfermagem em três ETSUS; citopatologia, hemoterapia e saúde bucal, cada um deles, em uma das ETSUS envolvidas na oferta de cursos nesse ano. Citologia foi exclusivamente ofertado pela ETSUS nesse ano no estado.

Em geral, essas instituições têm sido subfinanciadas pelo governo federal e/ou órgãos gestores estaduais e municipais, tendo em vista a política de transferência de recursos públicos para instâncias privadas de formação e de saúde (BONFIM; RUMMERT; GOULART, 2017). O que se apreende é a ênfase na oferta privada de cursos, em detrimento do fortalecimento de escolas, como as ETSUS, cujos projetos de formação teriam potencial para se contrapor à lógica privatista.

Quanto às escolas mantidas pela UNICAMP, uma das universidades estaduais paulistas, nas cidades de Campinas e Limeira, há dois colégios técnicos. Em ambos, segundo os dados desta pesquisa, em 2015, foi oferecido curso de enfermagem. A escola pertencente a hospital escola guarda relação com as origens históricas da formação de trabalhadores em saúde, especialmente da área da enfermagem. Pronko *et al.*(2011) relatam que predominou até a década de 1980 a abertura de escolas anexas aos hospitais públicos e privados, na lógica de prover os hospitais, de forma imediata, de trabalhadores, principalmente de enfermagem, para a manutenção da assistência médico-hospitalar. Apesar das origens históricas, os projetos de formação das escolas pertencentes a hospitais terão ampliado o foco da

formação a partir do SUS como modelo assistencial que ultrapassa a assistência médico-hospitalar? Outros estudos nessa direção serão realizados.

Apreende-se, pois, que apesar do número menor de escolas de instituições da rede estadual em comparação ao setor privado, há diversidade em relação aos mantenedores dessas escolas, o que, provavelmente, traz repercussões para os projetos formativos dos técnicos da área da saúde.

Cabe considerar que, apesar dessas instituições agregarem valores públicos que se voltam para a oferta de cursos gratuitos, que promovam formação geral e profissional, inclusive com referência à formação crítica, para atendimento às demandas da sociedade, segundo sites institucionais consultados², também há referência ao desenvolvimento de competências para inserção no mundo globalizado, às parcerias público-privado, ao referencial do capital humano que direcionam à formação para valores também coerentes ao modelo neoliberal que demanda formação mais adaptativa às demandas imediatas do mercado de trabalho. Essa conjugação mostra, provavelmente, as tensões entre formação para o mercado e formação integral que marcam as políticas da educação profissional técnica de nível médio, com predomínio da lógica mercadológica (MOURA, 2013). Trata-se de tensão que marca o conflito entre os defensores da educação pública, gratuita e de qualidade para todos e os que apoiam a redução dos direitos sociais e dos gastos do Estado com políticas públicas (MOURA, 2010).

Em relação às instituições privadas, líderes na oferta de cursos técnicos na área da saúde, cabe retomar que 55 corresponderam a centros universitários, faculdades e/ou universidades, localizadas tanto na capital como nos demais municípios. Destaca-se que, dos 23 cursos técnicos da área da saúde, selecionados do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT), ofertados no estado de São Paulo, 19, portanto, 82,6%, foram oferecidos por essas instituições, no ano de 2015, segundo os dados deste estudo: agente comunitário de saúde, análises clínicas, cuidador de idosos, enfermagem, farmácia, estética, hemoterapia, gerência de saúde, imobilização ortopédica, massoterapia, nutrição e dietética, órtese e prótese, podologia, prótese dentária, radiologia, reabilitação de dependentes químicos, registro e informação em saúde, saúde bucal e vigilância em saúde. Ainda a partir dos dados sistematizados, nesta pesquisa, houve cursos, prioritariamente, no ano de 2015, ofertados por centros universitários, faculdades ou universidades privadas: agente comunitário de saúde e gerência em saúde. Outros foram exclusivamente ofertados por essas instituições: cuidador de idosos, reabilitação de dependentes químicos, registro e informação em saúde e vigilância em saúde.

Um dado importante e que será fruto de pesquisas futuras refere-se à busca de relacionar a inserção dessas instituições privadas de ensino superior ao Pronatec. Comentam Bonfim; Rummert; Goulart (2017) que cursos do Pronatec que deveriam atender, de modo prioritário, estudantes do ensino médio da rede pública, são também ofertados pelo setor privado, havendo, pois, transferência de uma função essencialmente pública para o setor privado. E, particularmente, na área da saúde, o

²Informações obtidas nos sites institucionais: CENTRO PAULA SOUZA. Disponível em: <https://www.cps.sp.gov.br/contatos/>. Acesso em: 20 mar. 2020. COLÉGIO TÉCNICO DE CAMPINAS. Disponível em: <http://cotuca.unicamp.br/cotuca/o-colegio/>. Acesso em: 10 set. 2020. COLÉGIO TÉCNICO DE LIMEIRA. Disponível em: <http://www.cotil.unicamp.br/portal/>. Acesso em: 10 set. 2020.

programa oferece a possibilidade de Instituições de ensino superior públicas e privadas serem ofertantes, além do Sistema “S”.

A partir de dados que mostram a transferência de recursos públicos para parceiros do Pronatec, de 2011 a 2014, Ramos e Stampa (2016) referem que o objetivo original, presente na legislação, de melhorar a qualidade do ensino médio público não tem sido preservado na implantação do programa. Na verdade, as Rede Federal e Estaduais têm sido secundarizadas com relação ao Sistema “S”, tratado como instituição pública e dispensado da realização de convênios. Além disso, são alocados recursos públicos a outras instituições privadas por meio do Financiamento da Educação Profissional e Tecnológica, o FIES-TEC.

Quarenta e seis instituições que ofertaram cursos técnicos da área da saúde no estado de São Paulo, no ano de 2015, pertenciam ao Sistema “S”, sendo 43 SENACs, dois SESI Centro Educacional e um SENAI.

Em 2016, o SENAC completou 70 anos no estado de São Paulo e está presente em 40 municípios, com 60 unidades; portanto, os cursos técnicos da área da saúde estão presentes em 71,7% dos SENACs do estado³. Constaram os seguintes cursos ofertados pelo SENAC, em 2015, a partir dos dados deste estudo: enfermagem, estética, farmácia, hemoterapia, massoterapia, nutrição e dietética, óptica, podologia, prótese dentária e radiologia. O SENAI, entidade de direito privado, é um sistema estruturado em base federativa, que desenvolve programas de formação profissional, tendo em vista atender às carências da mão-de-obra industrial brasileira⁴. No ano de 2015, foi ofertado o curso técnico de equipamentos biomédicos. O SESI tem uma rede de ensino particular, formada por 154 escolas, presentes em 111 municípios do Estado. Oferta Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Educação de Jovens e Adultos. Tem também uma faculdade, na cidade de São Paulo, que oferta licenciatura para formação de docentes para a educação básica⁵. Nas duas Unidades do SESI, uma em município da região metropolitana da cidade de São Paulo e outra do interior, foi ofertado, em 2015, o curso de nutrição e dietética.

O Sistema “S” envolve instituições que vêm se beneficiando do Fundo Público, recebendo recursos expressivos por meio de contribuições sociais. Discutindo a arrecadação e a prestação de contas exercidas por esse Sistema, apreendeu-se que, além de se beneficiarem com recursos do Fundo Público, essas instituições usufruem de imunidade tributária, mesmo que nem sempre prestem serviços sociais gratuitos aos trabalhadores. Ainda, nos processos formativos, a ênfase se dá na qualificação da força de trabalho voltada aos interesses do capital (CÂMARA, 2015).

A esse respeito comenta Frigotto (2010, p.39) sobre a obrigação do Estado brasileiro colocar em discussão uma tendência crescente no Sistema “S” de se transformar em *empresas de serviços com múltiplas “unidades de negócio”*. Trata-se, para o autor, da necessidade de colocar em discussão a função social do Sistema “S”

³SENAC. Serviço Nacional do Comércio. Cursos Técnicos. Disponível em: <http://www.sp.senac.br>. Acesso em: 10 set. 2020.

⁴SENAI. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/senai/>. Acesso em 15 ago. 2020.

⁵SESI. Serviço Social da Indústria. Disponível em: <https://www.sesisp.or.br>. Acesso em: 15 de ago. 2020.

e a constituição dos Centros Públicos de Formação Profissional e de democratizar, de fato, esse Sistema.

Apesar de representarem um pequeno número frente ao montante total de instituições privadas, as escolas mantidas por Fundações de hospitais da rede privada do município de São Paulo também ofertaram cursos técnicos da área da saúde em 2015. Uma dessas instituições, a partir dos dados obtidos, ofertou, em suas duas Unidades, em 2015, os cursos de análises clínicas, enfermagem, farmácia e radiologia. Outra instituição ofertou enfermagem e radiologia e ainda outra apenas enfermagem. Três das quatro escolas são mantidas por hospitais da instância privada particular (não filantrópica e confessional) e, provavelmente, terão grande ênfase na formação para a manutenção da mão de obra desses hospitais, a partir do foco que considerarem importante para o atendimento no âmbito de mercado privado da saúde.

Além da oferta regular de cursos técnicos da área da saúde, nas instituições até então apontadas e do Programa Pronatec anteriormente mencionado, no âmbito do estado de São Paulo, no período referente a essa pesquisa, houve a implementação de outros programas voltados à ampliação da oferta de educação profissional técnica de nível médio: TEC-Saúde - Programa de Formação de Profissionais de Nível Técnico para a Área de Saúde no Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2008), específico para trabalhadores da enfermagem; Programa Rede, em 2011, substituído pelo Programa Vence, em 2012.

Esses dois últimos estavam inseridos no Programa Educação - Compromisso de São Paulo, instituído pelo Decreto nº 57.571, de 2 de dezembro de 2011 (SÃO PAULO, 2011), junto à Secretaria da Educação, com a proposta de que estudantes do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), matriculados nas escolas da rede estadual obtivessem também formação e certificação de um curso técnico gratuito, nas modalidades integrada e concomitante. Envolveu escolas que ofereciam educação profissional técnica de nível médio da rede pública e privada sem e com fins lucrativos. Os cursos técnicos da área da saúde também foram ofertados por esses programas.

O Programa Rede Ensino Médio Técnico e o Vence tiveram apoio e envolvimento de diversas organizações e instituições, como Instituto Natura, Fundação Victor Civita, Fundação Lemann, Instituto Unibanco, Comunidade Educativa Cedac, Instituto Hedging-Griffo, Fundação Itaú Social, Tellus, Parceiros da Educação, Fundação Educar DPaschoal, Fundação Bradesco, Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), Instituto Península, Fundação Arymax e da consultoria internacional McKinsey & Company⁶. Cabe destacar que muitas dessas empresas fazem parte dos mantenedores do “Todos pela Educação”⁷, um plano regulado pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007) que:

“dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração

⁶ Informações obtidas no site <http://www.educacao.sp.gov.br>. Acesso em: 15 de ago. 2020.

⁷ Informações obtidas no site www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/mantenedores-e-apoiadores/. TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/contato/>. Acesso em: 15 de ago. 2020.

com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica”.

Dentre suas ações, estava previsto o estabelecimento da aprendizagem como foco, tendo resultados concretos a atingir, sendo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) o indicador objetivo por meio do qual será verificado o cumprimento das metas definidas no termo de adesão ao Compromisso (BRASIL, 2007). Apreende-se, pois, a ênfase na “aprendizagem” e não necessariamente na formação e o foco no atendimento de resultados a serem medidos.

No mesmo decreto, consta no Art. 7:

“podem colaborar com o Compromisso, em caráter voluntário, outros entes, públicos e privados, tais como organizações sindicais e da sociedade civil, fundações, entidades de classe empresariais, igrejas e entidades confessionais, famílias, pessoas físicas e jurídicas que se mobilizem para a melhoria da qualidade da educação básica” (BRASIL, 2007).

A presença marcante dessas fundações e institutos também no Programa Educação – Compromisso de São Paulo indica fortemente a parceria público-privada na realização de programas voltados à formação técnica, inserindo a área da saúde.

No Estado de São Paulo, não havia um Plano Estadual de Educação anteriormente a 2016, informação que consta no documento “Plano Estadual para Educação de Qualidade Social” (ADUSP, 2016). Essa situação, provavelmente, mostra que a proposição dos programas voltados à ampliação da oferta da educação profissional técnica de nível médio não estava articulada a um projeto mais amplo de educação voltado à defesa da educação pública. Isso também faz sentido considerando que no estado há marcante apropriação do ideário gerencialista da Nova Gestão Pública no campo da educação, a partir de parâmetros de agências internacionais, como o Banco Mundial e o FMI, com destaque à participação do setor empresarial nas concepções das políticas públicas (MESKA, SILVA, PIOLLI, 2016).

O mapeamento delineado mostra o predomínio da oferta privada de cursos técnicos da área da saúde e de instituições ofertantes, bem como a apropriação do ideário neoliberal, presente nos atuais dispositivos político-legais da educação profissional técnica de nível médio, inclusive, pelo setor público. Assim, compor, nessas instituições, propostas formativas que tenham o SUS, conforme concebido pela Reforma Sanitária, como eixo, o que implica investimento na formação humana, é contradição a ser considerada e que se articula a lutas sociais mais amplas a favor da saúde e da educação como bens públicos.

Compreende-se a formação humana como aquela pela qual sejam garantidos aos adolescentes, jovens e adultos trabalhadores, o direito a uma formação *completa* que possibilite a leitura do mundo e a atuação como cidadão que se integre dignamente à sua sociedade política. Essa formação implica compreender as relações sociais articuladas a todos os fenômenos (CIAVATTA, 2012).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De 2010 a 2015, no estado de São Paulo, predominou oferta de cursos pela dependência administrativa privada, sendo que todos os cursos que compõem esta pesquisa foram ofertados pela esfera privada. No ano de 2015, havia um total de 508 instituições ofertantes de cursos técnicos na área da saúde, sendo 90 (17,7) públicas e 418 (82,3%) privadas.

Dentre as públicas, 78 (86,7) eram estaduais e 12 (13,3%) municipais, lembrando que, nesse estado, não há oferta de cursos técnicos da área da saúde pelos Institutos Federais. Considerando instituições estaduais que ofertaram cursos técnicos da área da saúde em 2015, elas se subdividiram em ETECs – Centro Paula Souza (66); outras escolas da rede estadual (3); Cefors – ETSUS (6); escolas mantidas pela Universidade (2) e escola inserida em Hospital Escola (1).

Quanto às privadas, 55 (13,1%) instituições corresponderam a faculdades, centros universitários ou universidades; 46 (11%) pertenceram ao Sistema “S”; 4 (0,95%) eram escolas associadas a hospitais e 313 (74,9%) corresponderam às demais instituições privadas. As instituições privadas, além de serem numericamente superiores às instituições públicas, apresentaram a oferta de mais cursos técnicos, considerando os 24 selecionados do CNCT.

A oferta da educação profissional técnica de nível médio também foi incentivada por programas implementados no Estado, contando com a parceria público-privada que implica transferência de recursos públicos para o setor privado. Essa lógica traz implicações, na medida em que afasta os jovens e os adultos da classe trabalhadora da formação humana, emancipadora, facilitando a sua adaptação ao mercado de trabalho e à manutenção das relações sociais já dadas no atual momento histórico do sistema capitalista.

O ideário neoliberal que se faz presente nas políticas da educação profissional no Brasil se faz presente também nas instituições públicas. A diversidade, no que se refere à entidade administrativa, das instituições que formam técnicos na área da saúde, no Estado de São Paulo, indica o atendimento a interesses diversos, o que terá implicações nos projetos de formação dos trabalhadores em termos de valores, concepções e práticas, demandando outros estudos já em realização.

Nesse contexto, o processo de mercantilização da educação profissional técnica na área da saúde, no estado de São Paulo, encontra terreno fértil para progredir, o que coloca em tensão a formação para o mercado e a formação para o SUS.

REFERÊNCIAS

ADUSP. Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo. **Um plano estadual para uma educação de qualidade social**. São Paulo, fevereiro, 2016. 32.p. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/files/PEE/cartilhaPEE.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2020.

BONFIM, Maria Inês; RUMMERT, Sonia Maria; GOULART, Valéria Morgana. Educação profissional em saúde: o sentido da escola pública e democrática. **Revista Cocar**, v. 11, n. 21, p. 322–343, 16 set. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/1294>. Acesso em: 30 set. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Constituição de 1988. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Ministério da Educação, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 6.094**, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Brasília; 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 18 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.970**, de 25 de novembro de 2009. Institui a Rede de Escolas Técnicas do SUS (RETSUS) e dispõe sobre as diretrizes para a sua organização. Ministério da Saúde, 2009. http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt2970_25_11_2009_rep.html. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 6**, 20 de setembro de 2012. Define diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio. Brasília: Ministério da Educação, 2012. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17417&Itemid=866 Acesso em: 6 set. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2013**: resumo técnico Brasília; 2014. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2013.pdf. Acesso em: 18 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos**. 3.ed. 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=77451-cnct-3a-edicao-pdf-1&category_slug=novembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei

nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº: 17/2020**. Reanálise do Parecer CNE/CP nº 7, de 19 de maio de 2020, que tratou das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, a partir da Lei nº 11.741/2008, que deu nova redação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Acesso 25 novembro 2020

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resumo Técnico: **Censo da Educação Básica Estadual 2019**. Brasília: INEP, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484154/Resumo+Técnico+do+Estado+d e+São+Paulo++Censo+da+Educação+Básica+2019/3c9269be-ed7b-4dbb-89e2-d08917e3bbdc?version=1.0>. Acesso em: 6 set. 2020.

CÂMARA, Fernanda Moreira. **Fundo Público e “Sistema S”**: uma análise reflexiva da arrecadação e prestação de contas. Orientador: Evilasio da Silva Salvador. 2015. 80 f. Monografia (Bacharelado em Serviço Social). Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Serviço Social, UNB, Brasília, 2015.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M; RAMOS, M. **Ensino Médio Integrado**: Concepções e contradições. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2012, p. 83-106.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. In: MOLL, Jaqueline *et al.* **Educação profissional tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A educação de trabalhadores no Brasil contemporâneo: um direito que não se completa. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 65-76, dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13088>. Acesso em: 20 dez. 2020.

GALVAO, Ena. Cenário nacional das escolas técnicas do SUS: a criação dos CEFOR no Brasil. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 18, supl. 2, p. 60-63, jun. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902009000600009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 dez. 2020.

MACHADO, Maria Helena *et al.* Mercado de trabalho da enfermagem: aspectos gerais. **Enfermagem em Foco**, v. 7, n. esp, p. 35-78, 27 jan. 2016a. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/691>. Acesso em: 28 set. 2020.

MACHADO, Maria Helena *et al.* Características gerais da enfermagem: o perfil sócio demográfico. **Enfermagem em Foco**, v. 7, n. esp, p. 9-14, 27 jan. 2016b. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/686>. Acesso em: 30 set. 2020.

MESKO, A. S. R.; SILVA, A. V.; PIOLLI, E. A agenda educacional dos reformadores empresariais paulistas e seus efeitos no trabalho docente. **Políticas Educativas**, Santa Maria, v. 9, n. 2, p. 156-170, 2016.

MONTEIRO, Maria Gabriela. As mudanças de direção nas políticas públicas: atores e estratégias ocultas na implementação do Sistema Único de Saúde. In: FLEURY, Sonia. (Org.). **Teoria da Reforma Sanitária: diálogos críticos**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2018. p.247-289.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio e educação profissional: dualidade histórica e possibilidades de integração. In: MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 58-79.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio e educação profissional no Brasil nos anos 2000: movimentos contraditórios. In: MOURA, Dante Henrique (Org.). **Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional**. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p.141-200.

PRONKO, Marcela Alejandra *et al.* **A formação de trabalhadores técnicos em saúde no Brasil e no Mercosul**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2011. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/26282>. Acesso em: 15 de dez. 2020.

RAMOS, Marise. Concepções e práticas pedagógicas nas escolas técnicas do Sistema Único de Saúde: fundamentos e contradições. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, supl. 1, p. 153-173, 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462009000400008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 15 de ago. 2020.

RAMOS, Moacyr Salles; STAMPA, Inéz Terezinha. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego: democratização ou precarização da educação profissional? **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 15, n. 2, p. 393 - 407, 19 dez. 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/23609>. Acesso em: 15 de ago. 2020.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 53.848**, de dezembro de 2008. Institui o Programa de Formação de Profissionais de Nível Técnico para a área de Saúde no Estado de São Paulo. São Paulo; 2008. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;sao.paulo:estadual:decreto:2008-12-19;53848>. Acesso em: 15 de ago. 2020.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 57.571**, de 2 dezembro 2011. Institui, junto à Secretaria da Educação, o Programa Educação - Compromisso de São Paulo e dá providências correlatas. São Paulo; 2011. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2011/decreto-57571-02.12.2011.html>. Acesso em: 15 de ago. 2020.

SÃO PAULO (Estado). **Conselho Estadual de Saúde de São Paulo nº 4**, de 11 de junho de 2012. Plano Estadual de Saúde. Diário Oficial do Estado de São Paulo, nº 111, de 15 jun. 2012, Seção 1 p. 58. São Paulo, SP, 2012. Disponível em: http://ftp.saude.sp.gov.br/ftpsessp/bibliote/informe_eletronico/2012/iels.jun.12/lcls112/E_DL-CES-SP-4_110612.pdf. Acesso em: 30 mai. 2020

SÃO PAULO (Estado). Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Estado da Educação. Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional.

Censo Escolar Estado de São Paulo. Informe 2014. Secretaria de Estado da Educação; São Paulo; 2015. Disponível em:
<https://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/967.pdf>. Acesso em: 6 set. 2020.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 16.279**, de 08 de julho de 2016. Aprova o Plano Estadual de Educação de São Paulo. São Paulo, SP, 2016. Disponível em:
<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2016/lei-16279-08.07.2016.html>. Acesso em 09 set. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Governo do Estado de São Paulo. Secretaria da Saúde. Gabinete do Secretário, assistência técnica administrativa. **Plano Estadual de Saúde- 2020-2023**. São Paulo; 2019. Disponível em:
<http://www.cosemssp.org.br/wp-content/uploads/2020/01/PLANO-ESTADUAL-DE-SAUDE-2020-2023.pdf>_Acesso em: 6 set. 2020.

VIEIRA, Mônica *et al.* Dinâmica da formação técnica e da ocupação de postos de trabalho em saúde: Brasil anos 2000. *In:* MOROSINI, Márcia Valéria Cardoso *et al.* (Orgs.). **Trabalhadores técnicos em saúde: aspectos da qualificação profissional no SUS**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2013. p. 121-146. Disponível em:
https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/13866/2/Trabalhadores_Técnicos_em_Saúde_Dinamica_da_Formacao_Tecnica.pdf. Acesso em: 15 de ago. 2020.